

# PÚBLICA. GRATUITA. DE QUALIDADE. PARA TODOS: REFLEXÕES PARA AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS EXISTIREM, RESISTIREM E SE REINVENTAREM

PUBLIC. FREE. QUALITY EDUCATION. FOR EVERYONE: REFLECTIONS FOR PUBLIC UNIVERSITIES TO EXIST, RESIST, AND REINVENT THEMSELVES

*Elisa Meirelles Reis<sup>1</sup>*

Data de Submissão: 02/05/2022

Data de Aceite: 07/12/2022

**Resumo:** Neste centenário de Darcy Ribeiro, o presente ensaio discorre sobre a importância de a universidade pública existir, resistir e se reinventar. Entendendo o acesso à educação superior como um direito, o ensaio parte de Darcy Ribeiro para refletir sobre a universidade necessária; dialogando com José Geraldo de Sousa Júnior e José Murilo de Carvalho sobre as desigualdades brasileiras e seu enfrentamento; unido à conversa Paulo Freire e bell hooks, em diálogo sobre a educação autoral e transformadora; e contando também com Márcia Abrahão Moura e Mônica Nogueira, ao falar sobre o papel histórico e atual da Universidade de Brasília (UnB) na luta por direitos e na construção de uma universidade possível e verdadeiramente emancipadora.

**Palavras-chave:** Educação Pública. Universidade de Brasília. Darcy Ribeiro.

**Abstract:** Celebrating the centenary of Darcy Ribeiro, this essay debates the importance of public universities exist, resist, and reinvent themselves. Understanding access to higher education as a right, the essay starts with Darcy Ribeiro, discussing the necessary university; dialoguing with José Geraldo de Sousa Júnior and José Murilo de Carvalho about Brazilian inequalities and their confrontation; together with Paulo Freire and bell hooks, in a dialogue about transformative education; and also including Márcia Abrahão Moura and

1 Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e pós-graduada em Gestão da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (2010). Aluna especial da disciplina O Direito Achado na Rua, do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília (2022). Jornalista, atuando há 20 anos na área de Comunicação, com ênfase em Educação, Direitos Humanos e Políticas Públicas. E-mail [elisa.meirelles.reis@gmail.com](mailto:elisa.meirelles.reis@gmail.com).

Mônica Nogueira, talking about the historical and current role of UnB in fighting for rights and in building a possible and truly emancipatory university.

**Keywords:** Public Education. University of Brasilia. Darcy Ribeiro.

## 1. INTRODUÇÃO

No ano em que Darcy Ribeiro completaria um século de vida, somos convidados a refletir sobre o papel das universidades públicas, entre elas a Universidade de Brasília (UnB), na garantia do direito à Educação,

no enfrentamento das crises contemporâneas e na construção de um projeto nacional democrático, popular, antissexista, antirracista, anticapacitista, inclusivo e progressista.

Tomando como linha de reflexão as bases do Direito Achado na Rua, o presente ensaio se propõe a refletir sobre essa universidade emancipadora partindo de quatro pilares essenciais ao direito à educação: a importância da universidade pública; a importância da universidade gratuita; a importância da universidade de qualidade; e a importância da universidade para todos. Juntos, esses quatro campos ajudam a traçar uma linha de análise sobre a importância de a universidade pública existir, resistir e se reinventar.

Sabemos que cada desses conceitos é, em si, um campo extremamente amplo e complexo do saber, que vem, há séculos, sendo investigado pelas maiores referências da Educação, do Direito, dos Direitos Humanos, da Sociologia, da Antropologia e de diversas outras áreas acadêmicas. Seria impossível, então, dar conta de tal complexidade em um ensaio.

O presente texto se propõe apenas a utilizar essas grandes áreas como fio condutor para uma conversa inicial com leitoras e leitores sobre essa universidade pública tão necessária no século XXI. Este ensaio é um convite a pensar sobre os significados por trás das palavras – pública, gratuita, de qualidade, para todos – e seus impactos na vida de cada um e na construção de um projeto nacional.

A conversa se inicia contextualizando o momento em que este ensaio está sendo escrito: o terceiro ano da pandemia de Covid-19, marcado pela queda nos números de mortes causadas pelo vírus – o que nos traz esperança – e pela constatação, cada vez mais clara, dos impactos profundos da pandemia na garantia dos direitos humanos, com um olhar especial para a adolescência e a juventude, atores essenciais na construção da universidade que queremos.

Em seguida, o texto se divide nos quatro campos citados acima. Dentro deles, procura-se refletir sobre a universidade necessária de Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1969); dialogando com José Geraldo de Sousa Júnior e José Murilo de Carvalho, entre outros, sobre as desigualdades brasileiras e seu enfrentamento; unido à conversa Paulo Freire e bell hooks, em diálogo sobre a educação transformadora; e contando também com a geóloga e atual reitora da UnB, Márcia Abrahão Moura, e a profes-

sora e antropóloga Mônica Nogueira, da Faculdade UnB Planaltina (FUP), ao falar sobre o papel histórico e atual da UnB na luta por direitos e na construção de uma universidade possível e verdadeiramente emancipadora.

Permeando a conversa, trazemos, também, algumas estatísticas da educação nacional, a fim de contextualizar, em números, um pouco do cenário do ensino superior no País.

## **2. QUATRO REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA PARA O BRASIL**

Para situar o presente ensaio no tempo, inicia-se este capítulo com uma pequena contextualização. Este ensaio começou a ser escrito no segundo semestre de 2021, quando o País estava ainda imerso na pandemia da Covid-19, e está sendo finalizado em maio de 2022. Quando o texto foi iniciado, o País já havia passado pelo pior momento da crise – março e abril de 2021, quando as mortes chegaram a 3 mil por dia –, mas ainda estava em estado de alerta. Morriam, em média, 500 pessoas por dia, e as vacinas ainda não chegavam a todos. Hoje, momento em que o texto é finalizado, a pandemia parece estar arrefecendo, com uma média de 100 mortes por dia no Brasil, em queda, e milhares de pessoas recebendo já a quarta dose de imunização contra a Covid-19.

Se o País pode começar a respirar aliviado com relação à doença em si, o mesmo não se pode dizer sobre os impactos que a pandemia deixou na vida de cada brasileira e brasileiro. Até hoje, a doença matou 664 mil pessoas no País, devastando a vida de milhões de pais, mães, irmãos, avós, netos e famílias. A isso se soma mais uma tragédia: desemprego, aumento da fome, da pobreza e da miséria, aumento exponencial das desigualdades sociais são alguns dos imensos problemas que hoje preocupam o Brasil e que, já se sabe, irão permanecer por um longo tempo.

Falando de educação, junto com a reabertura de escolas e universidades veio a constatação dos impactos da pandemia na aprendizagem e no direito à educação. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2021 – os últimos disponíveis – há pelo menos 1,4 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos fora da escola no País. A eles se somam outros milhões que estão, oficialmente, matriculados, mas perderam o vínculo com a escola, não conseguiram aprender e estão em risco iminente de evasão. A exclusão escolar – com grande parte dos desafios enfrentados pela infância, adolescência e juventude brasileiras – foi maior entre meninas e meninos negros e indígenas. Embora, no momento em que este texto está sendo finalizado, não existam ainda estatísticas consolidadas e dispo-

níveis sobre evasão no ensino superior, tudo indica que o cenário comportou-se de forma semelhante entre os universitários.

A pandemia escancarou como o acesso universal a direitos está longe de ser realidade no Brasil e em grande parte dos países do hemisfério sul. Em um contexto de crise, o fosso das desigualdades se ampliou ainda mais, fazendo com que direitos fossem realidade apenas para uma minoria branca, rica e eurocentrada. Como já colocava Boaventura de Santos Sousa, ao falar sobre a frágil hegemonia dos direitos humanos, a maioria da população do mundo hoje não é sujeito de direitos. Eles são apenas objeto dos discursos de direitos humanos:

The large majority of the world population is not the subject of human rights. They are rather the object of human rights discourses. The question is, then, whether human rights are efficacious in helping the struggles of the excluded, the exploited and the discriminated against, or whether, on the contrary, they make them more difficult. In other words, is the hegemonic claimed by human rights today the outcome of a historical victory, or rather a historical defeat? (SANTOS, 2013)

É partindo desse cenário de aumento de desigualdades e desafios que reflete-se sobre a importância fundamental da universidade pública, gratuita, de qualidade e para todos no enfrentamento das crises contemporâneas e na construção de um projeto nacional democrático, popular, inclusivo e progressista.

## 2.1. A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Começa-se falando sobre a importância da universidade pública. Como conta Darcy Ribeiro, historicamente, o Brasil não se destacou por um investimento consistente no ensino superior público. Enquanto nossos vizinhos da América Latina espanhola começaram a investir em universidades ainda no período colonial, o Brasil somente foi autorizado a ter as primeiras escolas de ensino superior pouco antes da independência e avançou de forma lenta ao longo dos séculos. No final dos anos 1960, em *A Universidade Necessária*, Darcy Ribeiro pontuava que, naquele momento, o Brasil era a nação latino-americana o menor percentual de estudantes no ensino superior:

Quando foi proclamada a república (1889), [o Brasil] contava apenas com cinco faculdades, duas de Direito, em São Paulo e Recife, duas de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro e uma Politécnica nessa mesma cidade. A matrícula destes estabelecimentos era de 2.300 estudantes. O progresso posterior foi muito lento nas primeiras décadas, pois ainda em 1940 contava apenas com 21.235 estudantes de nível superior. Em

1950, ao contrário, já tinha cerca de 600 cursos e 15 universidades, embora a matrícula global somasse apenas 37.548 estudantes. Ainda hoje, o Brasil se ressentia da estreiteza do colonialismo português. Seus efeitos são visíveis no fato de que continua sendo a nação latino-americana com menor percentagem de população entre 19 e 22 anos matriculada em escolas de nível superior. (RIBEIRO, 1969)

O ensino superior tem sido, portanto, uma conquista recente na história brasileira, dentro de um processo ainda em curso. Nas últimas décadas, o País obteve avanços importantes na ampliação do acesso à universidade, aliado a políticas essenciais voltadas para a democratização desse acesso.

Dentro desse cenário, algumas universidades têm papel de destaque – entre elas, a Universidade de Brasília (UnB). Como conta Ribeiro, o primeiro projeto orgânico de criação de uma universidade integrada no Brasil surgiu em 1960 em Brasília, “do esforço de uma centena de cientistas e intelectuais brasileiros reunidos para repensar o próprio plano estrutural de universidade, ante a oportunidade oferecida pela construção da nova capital do Brasil” (RIBEIRO, 1969)

Ao longo de seus 61 anos, a UnB vem consolidando o projeto de Ribeiro, reforçando seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e emancipatória. Como explicam Moura e Nogueira, desde sua criação, a UnB vem investindo em opções para ampliar e democratizar o acesso à universidade (MOURA e NOGUEIRA, 2021). Na década de 1990, abriu cursos noturnos, mais acessíveis para estudantes trabalhadores. Nos anos 2000, investiu em campi fora do plano piloto (zona central e mais rica de Brasília) e foi pioneira nas políticas de cotas.

Na estruturação de seus currículos e áreas, o UnB buscou ultrapassar os muros da universidade e chegar à rua, aos debates necessários, aos saberes que emergem das ruas, das florestas, das aldeias, dos quilombos e das favelas. Exemplo emblemático dessa identidade da UnB é *O Direito Achado Na Rua*, que há 30 anos – sob liderança dos professores José Geraldo de Sousa Júnior, Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Roberto Armando Ramos de Aguiar e Alexandre Bernardino Costa, seguindo a proposta de Roberto Lyra Filho – vem mostrando como o direito deve ser a expressão de uma legítima organização da liberdade.

Iniciativas como essa e tantas outras surgidas dentro da UnB mostram como a universidade seguiu os passos de Darcy Ribeiro e a defesa feita por ela da universidade pública e de sua função social. Nas palavras de Moura e Nogueira, em artigo para o volume 10 de *O Direito Achado na Rua*:

É parte da função social das instituições de ensino superior garantir que a educação esteja a serviço da formação e transformação do indivíduo,

pelo desenvolvimento de competências técnicas e também de pensamento crítico e valores humanísticos para atuação na sociedade. A universidade oferece um bem público. Sendo assim, podemos evidenciar a estreita relação da universidade com a promoção da cidadania e dos direitos humanos. (MOURA e NOGUEIRA, 2021).

### 2.1.1. UNIVERSIDADE PÚBLICA OU PRIVADA?

As falas das duas professoras atentam para a importância das universidades como bens públicos, como um direito que deve estar acessível a todo estudante que, ao terminar a educação básica, queira dar continuidade a seus estudos no ensino superior público.

Investir na Educação pública de qualidade, na universidade pública, é uma escolha política. Como relembra Paulo Freire, que completaria 100 anos em 2021: “A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política” (FREIRE, 1996).

Além de uma decisão política, investir na educação superior pública é um dever do Estado. Como está na Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil deve, até 2024: “Eleva a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.

A última frase de meta 12 é a que faz-se necessário destacar: ampliar as matrículas no segmento público. Ela reflete os desafios do cenário educacional brasileiro e de como se deu a ampliação do ensino superior no País. Antes de continuar, vale olhar para o ensino superior brasileiro em números.

Diferentemente da educação básica – que passou por um processo de universalização alicerçado, majoritariamente, no ensino público – a ampliação do ensino superior no Brasil se deu com o importante crescimento das universidades públicas, mas principalmente com um crescimento exponencial do ensino superior privado. Como mostra o Censo da Educação Superior, a partir do início dos anos 2000, o ensino superior privado foi o que mais cresceu no País.

Ao falar sobre o longo caminho para a cidadania no Brasil, José Murilo de Carvalho afirma que, entre os direitos sociais conquistados no País a partir dos anos 2000, o acesso ao ensino superior merece grande destaque. Esse acesso, no entanto, ocorreu mais via ampliação de universidades particulares, que recebem do governo dinheiro para custear bolsas de estudo a estudantes com menor renda, do que por

um investimento maior na ampliação e no fortalecimento da universidade pública. Diz ele:

No ensino superior, em 2000, estavam matriculados na graduação 2,7 milhões de pessoas, 67% das quais em universidades particulares. Em 2011, esse número tinha subido para 6,7 milhões, respondendo as particulares por 74%. Um dos fatores do aumento foi o Programa Universidade para Todos (Prouni), introduzido em 2005. Consiste ele na distribuição de bolsas integrais ou parciais a alunos aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cuja renda familiar esteja entre 1  $\frac{1}{2}$  e 3 salários mínimos, para se inscreverem em universidades privadas. (CARVALHO, 2020)

O cenário de 2011 apontado pelo autor é bastante semelhante ao cenário atual. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2019 (o último disponível), o ensino superior no Brasil atualmente é composto por 2.608 instituições universitárias – incluindo universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais (IF) e centros federais de educação tecnológica (CEFET). Dessas, 89% (2.306) são instituições privadas e 11% (302) públicas.

Com relação às matrículas, o ensino superior conta atualmente com 8,6 milhões de estudantes. Desses, 76% estão na rede privada e 24% na pública. O cenário contrasta com a realidade da educação básica, em que a situação é inversa: 81% dos mais de 47 milhões alunos estão matriculados na rede pública e apenas 19% na privada, segundo o Censo da Educação Básica 2020.

Entendendo a educação como um direito, o cenário brasileiro levanta pontos de alerta. Não há dúvidas que a criação do Prouni e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foram iniciativas de grande importância para a democratização do acesso à universidade no Brasil. No entanto, concordando com Carvalho e com as entidades estudantis por ele citadas, “A crítica aqui, vinda sobretudo das entidades estudantis, é que o Prouni reforça o ensino privado em vez de ampliar o número das instituições públicas” (CARVALHO, 2020).

## 2.2. A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE GRATUITA

Seguindo a mesma linha de reflexão, passamos ao segundo ponto dessa análise: a importância da universidade gratuita. No Brasil, a universidade pública é gratuita – o que é um avanço com relação a outros países – mas essa universidade pública ainda é para poucos: 24%, como vimos anteriormente.

Os outros 76%, cerca de 6,5 milhões de estudantes, estão em instituições de ensino superior privadas. Desses, pouco menos da metade, 2,9 milhões, tem acesso

a algum tipo de financiamento, incluindo ProUni, FIES e outras políticas nacionais, municipais ou estaduais. Os outros pouco mais de 3,6 milhões pagam integralmente por sua educação de nível superior.

Mais uma vez, a escolha por um modelo privado de ensino superior, em que é preciso pagar para ter acesso ao conhecimento universitário, merece atenção. Os dados mostram que essa política de uma educação superior gratuita apenas para poucos foi e ainda é realidade no Brasil.

Segundo Moura e Nogueira, no cenário atual do País, as universidades públicas enfrentam tentativas sistemáticas de enfraquecimento. Nas palavras delas:

As universidades brasileiras vêm sendo submetidas a uma ofensiva crescente por parte de atores que sustentam discursos contrários aos direitos humanos e questionam os resultados apresentados por essas instituições”. Cortes orçamentários, cerceamento da liberdade de cátedra, acusações infundadas, ataques às ciências sociais e humanas, nomeações políticas e proposta de reorganização da gestão das universidades de caráter privatista compõem a ofensiva que, em última instância, investe contra o princípio da autonomia universitária e ameaça desconstruir um sistema de excelência erguido ao longo de tantas décadas. (MOURA e NOGUEIRA, 2021)

### 2.3. A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE DE QUALIDADE

Diante dos aspectos apresentados, faz-se ainda mais necessário refletir sobre a importância da universidade de qualidade para contribuir para enfrentar as crises atuais e para a construção de um projeto nacional democrático, popular, inclusivo e progressista.

Como coloca Paulo Freire, uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizados de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar”. (FREIRE, 1996)

Em consonância com esse papel social fundamental da universidade, Darcy Ribeiro elenca as funções desse novo modelo de universidades que ele propõe:

- a) fornecer um elenco explícito de alternativas e opções para o planejamento da renovação estrutural de seus órgãos e a revisão dos procedimentos através dos quais exercei suas funções.
- b) proporcionar uma imagem global de como deve ser e operar uma universidade capaz de atender aos princípios reitores da nova reforma;

- c) atuar como um corpo de contrastes para o diagnóstico e a crítica das estruturas vigentes e para uma justa apreciação das conquistas já alcançadas pelas universidades latino-americanas, que devem ser preservadas em qualquer futura reforma estrutural;
- d) oferecer um quadro de valores que permita avaliar a eficácia e importância de cada projeto parcial de mudança que a universidade se proponha realizar;
- e) mobilizar os corpos universitários para um esforço conjunto de reforma, capaz de contrapor a universidade real à universidade necessária e de formular um projeto específico de transição progressiva de uma à outra;
- f) opor aos projetos de colonização cultural da América Latina e de perpetuação de seu subdesenvolvimento e dependência através da modernização reflexa, um projeto próprio que preencha, no âmbito universitário, os requisitos fundamentais de desenvolvimento autônomo da nação. (RIBEIRO, 1969)

Esse modelo de universidade, capaz de contribuir com o desenvolvimento autônomo da nação, pressupõe também um investimento constante na superação do racismo, do sexismo, do imperialismo e da visão eurocêntrica do saber. Como colocava a autora norte-americana bell hooks, falecida em dezembro de 2021:

Se examinarmos criticamente o papel da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorcem a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade. (HOOKS, 2013)

Leitora e admiradora de Paulo Freire, hooks defendia uma mudança estrutural no ensino superior, voltado para uma educação de fato multicultural. A mudança incluía não apenas revisões nos currículos, mas a revisão da relação professor-estudante, com todo um processo de formação dos educadores para que conseguissem, de fato, trabalhar uma educação multicultural, em que o saber do branco não seja colocado como superior aos demais. Como pontua a autora, muitos educadores se perturbam com as implicações políticas de uma educação multicultural, pois têm medo de perder o controle da turma caso não haja um modo único de abordar um tema, mas sim modos múltiplos e referências múltiplas (HOOKS, 2013). É essa a cultura que precisa mudar para falarmos, de fato, em uma universidade de qualidade.

À fala da autora norte-americana, une-se a reflexão da atual reitoria da UnB. Em artigo conjunto com Monica Nogueira, elas afirmam que, contra os mais

recentes ataques às universidades, há que se defender o exercício do pensamento crítico e da investigação científica. Elas trazem à luz problemas estruturais da sociedade, “que alguns atores parecem querer negar ou evitar, como a violência contra as mulheres, o racismo estrutural, a degradação ambiental, entre tantos outros. Cabe também destacar que a defesa da autonomia da universidade não visa a distanciá-la do contexto no qual se insere” (MOURA e NOGUEIRA, 2021).

## 2.4. A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Todos esses aspectos levam ao quarto e último ponto: a importância da universidade para todos. Sabe-se que os direitos humanos não são algo dado, estanque, que se coloca no papel e passa a ser verdade. Os direitos humanos são conquistados por meio de lutas, podem ser perdidos, e precisam sempre ser defendidos de forma ativa. Isso inclui o direito de todas e todos à educação. Falar em uma universidade para todos é reafirmar direitos e trazer à tona todos aqueles que, hoje, ainda não tem seu direito de aprender efetivado.

Como mostrava Darcy Ribeiro, ao falar de uma universidade para todos, estamos em um campo de disputa, em que elites acostumadas a seu lugar de privilégio lutam para não perde-lo. E o fazem usando argumentos diversos, incluindo o suposto cuidado com a qualidade das universidades. Trazendo novamente Ribeiro, falando sobre Elitismo e Política de Clientela, ele explica que:

Dentro deste marco clientelístico, muitas das razões solenemente invocadas em defesa do padrão acadêmico de pesquisa e de ensino apenas disfarçam interesses inconfessáveis de corpos docentes, unicamente empenhados em defender seus empregos e preservar sua área de poder e de prestígio, ou interesses gremiais que não desejam ver seus quadros ampliados. (RIBEIRO, 1969)

Entendendo essas disputas, fica mais nítido o enorme esforço necessário para ampliar o acesso à educação.

Olhando um período histórico maior, é importante perceber que o Brasil avançou consideravelmente nesse ponto, mesmo que de forma lenta. Da década de 1990 até hoje, o acesso à universidade se tornou realidade para cada vez mais pessoas. Isso não aconteceu do nada, foi fruto de muita luta. Ampliação de vagas, políticas de cotas, unificação de ingresso na universidade pública via Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), políticas de financiamento estudantil, incluindo Prouni e Fies, são todas conquistas que merecem destaque.

Por meio delas, hoje o País conta com 8,6 milhões de estudantes em instituições de ensino superior, a grande maioria egressos de escola pública – sendo 3,2 milhões deles pretos ou pardos e 56 mil indígenas (na classificação usada pelo Censo Escolar). Embora ainda não seja esse um reflexo da população brasileira, e ainda exista muito a melhorar, os dados merecem crédito.

Novamente, fica a ressalva sobre quanto dessas matrículas “para todos” se dão em universidades particulares, pagas e nem sempre de boa qualidade. Tema que merece um olhar alerta e constante quando se quer falar em direito à educação pública, gratuita, de qualidade e para todos.

Finaliza-se este subtítulo falando especificamente da UnB, e de como ela vem, nesses 61 anos de existência, empreendendo esforços importantes para ser, cada vez mais, uma universidade para todos – investindo em práticas e políticas que servem de inspiração para outras universidades dentro e fora do País.

Como explicam Moura e Nogueira, no artigo já citado anteriormente, como resultados de suas políticas de cotas e ações afirmativas, e da expansão para outras áreas geográficas da cidade, a face da Universidade se modificou, tornando-se cada vez mais plural e multiétnica. Em dez anos, o número de estudantes autodeclarados pretos ou pardos triplicou na UnB. E não parou por aí. A UnB se manteve ativa, investindo em diversas políticas, entre as quais destacam-se resoluções para o nome social na instituição, programas de auxílio-creche para estudantes em situação de vulnerabilidade com filhos de até 5 anos, e políticas de acessibilidade para pessoas com deficiências. Tudo isso contribuiu e contribui, sobremaneira, para possibilitar que a universidade pública exista, resista e se reinvente, contribuindo com um projeto nacional democrático, popular, antissexista, antirracista, anticapacitista, inclusivo e progressista.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, procurou-se mostrar como os quatro aspectos nele reunidos são fundamentais para que as universidades sejam, de fato, emancipadoras, e contribuam para o enfrentamento das crises contemporâneas e a construção de um projeto nacional democrático, popular, inclusivo e progressista.

Como mostrado, o Brasil não se destaca, historicamente, por um grande investimento na universidade pública – que apenas começou a ter espaço no País depois da Independência, e mesmo assim caminhando a passos lentos. A grande expansão do ensino superior no Brasil se deu a partir de finais dos anos 1990, muito puxada pelo crescimento do ensino superior privado – financiado em grande parte com recursos públicos via programas como Prouni e FIES. Sem, de maneira algu-

ma, deixar de lado a importância dessas políticas para a democratização do acesso ao ensino superior, vale atentar para a decisão política do País, ao optar por investir em ensino superior privado com maior ênfase do que no ensino superior público.

Seguindo essa linha de argumentação, o texto destaca a importância do ensino superior gratuito, entendido como um direito humano pelo qual é preciso lutar. Como apontado pelos dados do Censo da Educação Superior, a educação superior gratuita ainda não é realidade para mais de 3,6 milhões de estudantes universitários, hoje matriculados em instituições privadas e sem receber apoio de financiamento público.

O terceiro ponto é essencial para reverter esse cenário: a qualidade da educação. Entender a universidade como um espaço plural, de debate, troca e aprendizagem, é fundamental para que ela possa, de fato, contribuir para mudanças sociais profundas. Para tanto, é fundamental enfrentar o racismo, o sexismo e a visão eurocêntrica do saber, buscando de fato promover uma educação multiétnica, inclusiva e progressista.

Por fim, a universidade deve ser para todos. Ela é um direito que precisa ser garantido a toda pessoa que conclua a educação básica obrigatória e queira continuar seguir seus estudos no ensino superior. Vale, aqui, destacar os avanços que o País teve, nas últimas décadas, com a ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, hoje contando com mais de 8,6 milhões de estudantes, a grande maioria egressos de escola pública – 3,2 milhões deles pretos ou pardos e 56 mil indígenas. Fica a ressalva para o papel do ensino privado nesses números e a necessidade de o Brasil investir para ampliar o acesso à universidade pública, como expresso no Plano Nacional de Educação.

Dentro de todo esse cenário complexo e permeado por disputas, o projeto de Darcy Ribeiro de uma educação necessária vai avançando a passos lentos, e graças a muita luta. A Universidade de Brasília e outras universidades públicas (e até privadas), dentro de seus campi e em seus arredores, mostram que essa educação emancipadora e transformadora é possível e necessária se queremos um projeto nacional democrático, popular, inclusivo e progressista. Ouvindo as vozes das ruas, das favelas, dos quilombos, das florestas, dos migrantes, de quem vem de longe e de perto, a universidade pública segue – a passo a passo lentos, mas firmes – tentando mudar a realidade do Brasil.

#### 4. REFERÊNCIAS

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil - O longo caminho**. (26ª ed.). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2020.

CGI.br/NIC.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: < <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> >. Acesso em: 27.09.2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. São Paulo, 1996.

HOOBS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2013.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020.

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25.09.2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Brasília: MS, 2021. Disponível em: < <https://covid.saude.gov.br/> >. Acesso em: 27.09.2021.

MOURA, Márcia A. e NOGUEIRA, Mônica. **As universidades e seu papel para a promoção da cidadania e a defesa dos direitos fundamentais**. In: SOUSA JÚNIOR, José G. (Org.). *O Direito Achado na Rua: Introdução crítica ao direito como liberdade*. OAB Editora; Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2021.

RIBEIRO, Darcy. (1969). **A Universidade Necessária** (1ª ed.). Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1969

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Human Rights: A Fragile Hegemony**. In: CRÉPEAU, François; SHEPPARD, Colleen. *Human Rights and Diverse Societies: Challenges and Possibilities*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 17-25, 2013.

UNICEF. **Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2021. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes-segunda-rodada> >. Acesso em: 25.09.2021.

\_\_\_\_\_. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**. Brasília, 2020. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil> >. Acesso em: 25.09.2021.